

## As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações

**Enali M. De Biaggi**

Université de Lyon Jean Moulin

[lecadb@hotmail.com](mailto:lecadb@hotmail.com)

### RESUMO

O século XIX é um momento importante na delimitação de fronteiras dos novos países que se formam na América. A independência progressiva dos diferentes Estados leva à rediscussão dos limites de soberanias que buscam se afirmar em um novo jogo de influências regionais e internacionais. Este texto procura trazer elementos para discutir a afirmação das fronteiras brasileiras no século XIX, no período que se segue à independência (1822) e que vai até o final do século. Se em trabalhos anteriores (De Biaggi, 2000) o intuito foi de observar de forma global a evolução da cartografia brasileira, confrontando diferentes coleções e fontes, desta vez a análise se concentrará no material cartográfico disponível na Biblioteca Nacional da França, conjunto particularmente rico em documentos sobre o Brasil da época. Desta maneira, poderemos não só dispor de elementos importantes para comentar a evolução das fronteiras sul americanas, comparando cartas de diferentes autores (principalmente franceses, ingleses e brasileiros), mas também discutir a existência de tal coleção nos arquivos franceses.

**PALAVRAS CHAVE:** cartografia histórica, fronteiras, Brasil, século XIX, acervo da Biblioteca Nacional da França

### ABSTRACT

The XIXth century was an important moment in the determination of the frontiers between the then newly formed countries of the Americas. The progressive independence of the different states led to the renegotiation of the previously established sovereign limits. These newly formed countries were looking to impose themselves within the new scope of regional and international relations. This study offers some insights concerning the Brazilian border negotiations in the XIX century, going from the period that followed its independence (1822) up to the end of that century. It continues previous studies (De Biaggi, 2000) that focused on the evolution of Brazilian mapmaking by comparing different authors and sources. The here presented study concerns the collections gathered in the French National Library, which is particularly rich in documents concerning Brazil during the studied time-frame. These materials not only allows for the continuing study of the border forming process by confronting the maps of different authors and origins (mainly French, English and Brazilian) but also allows to discuss the existence of such a collection in the French archives.

**KEY WORDS:** historic cartography, borders, Brazil, XIXth century, French National Library map collections.

## I - INTRODUÇÃO

Diferentes estudos já mostraram a importância da cartografia em períodos de afirmações de Estados novos<sup>1</sup>. A ideia de implantar fronteiras geralmente acompanha a existência de Estados que buscam uma legitimidade, servindo para determinar exatamente os recursos disponíveis e mobilizáveis para os projetos em andamento. O Brasil independente do século XIX não foi uma exceção à regra, mesmo se ele ilustra de diferentes maneiras a construção de uma coerência territorial em um território que continua a ser até os dias de hoje, um dos conjuntos mais vastos do planeta.

A análise das fronteiras brasileiras implica logicamente, levar em conta ao menos duas dimensões do problema: a nível internacional, reconhecendo a importância estratégica deste novo território, diversos países estarão diretamente interessados na construção deste Estado, e deverão mobilizar todos os meios possíveis para poder ser força de proposições, sobretudo se eles se situam diretamente do outro lado da fronteira; a nível interno, os esforços para criar um único bloco unido e coerente passam pela construção de imagens, das quais uma série de mapas gerais feitos entre meados do século XIX até o início do século XX, traduzem os diferentes momentos do governo e da diplomacia Imperial na delimitação territorial.

Mapping frontiers is about mechanisms as well as consent. To agree that a frontier should, for example, follow a watershed or a river line is not to define it on the ground, not to chart it on the map. The two interrelated processes both entail considerable problems and each can cause dissension. These difficulties affect the construction (or at least the cartographic creation) of 'new' frontiers, but, in addition, are not banished once maps have been drawn. Just as maps are not apolitical, so also are they not fixed." (BLACK, 1997,p.121).

Os contornos gerais do Brasil serão variáveis ao longo do século XIX – segui-los nos mapas gerais do país nos mostram os processos e disputas em jogo; compara-los no tempo e na visão de diferentes autores nos indicarão as alianças e grupos implicados nas negociações em jogo. Os mapas serão assim meios de compilação de conhecimentos, mas também argumentos indispensáveis na afirmação territorial. Eles poderão nos revelar ao mesmo tempo projetos e resquícios de interpretações na geografia oitocentista brasileira e mundial.

As enduring work of graphics synthesis, (maps) can play a more important role in history than do their makers. In this sense their significance transcends their artifactual value. As images they evoke complex meanings and response and thus record more than factual information on particular events and places." (HARLEY & WOODWARD, 1987,p.XV).

---

<sup>1</sup> Podemos citar, entre outros, BLACK (1997), JACOB (1992), CORTESAO (2009), DROULERS (2001) e MAGNOLI (1997), os três últimos tendo especificamente tratado da construção géo-histórica da nação brasileira.

## II - O TRAÇADO DE FRONTEIRAS: UMA LINHA PRECOCE E SINUOSA

Encontramos no Brasil diferentes influências que espelham os traços gerais da cartografia da época, mas que só podem ser compreendidos completamente quando confrontados com o contexto nacional e internacional em que eles se apresentam. A idéia de fronteiras, por exemplo, que na Europa durante muito tempo poderia ser compreendida como envolvendo representações zonais, já que baseadas em territórios que estariam sob a diferentes influências (BLACK, 1997), no Brasil, desde o início assume a forma de uma linha. De fato, mesmo antes de uma efetiva implantação de colonos europeus, se impõe uma representação de um espaço, cujos limites seriam determinados a partir de um referencial longínquo (as ilhas de Cabo Verde) com uma forma abstrata que se superpõe às realidades locais: o meridiano de Tordesilhas<sup>2</sup>. A pertinência de tal separação longitudinal, em uma época onde não se consegue ainda medir sua localização exata, proporcionará não somente a ocasião de discutir o caráter « racional » desta separação, bem como desculpará que tal limite seja transgredido. E aos interessados em vê-lo evoluir, a incumbência de « riscar » novos limites<sup>3</sup>.

No século XIX, no momento em que a maioria das terras sul americanas passa a assumir a forma de países independentes, mesmo se a forma de uma linha meridiana única já é reconhecida há tempo como um «embarço invencível» (Cortesão, 2009, pg. 274), a idéia de demarcar um limite linear preciso, ainda está em vigor. Durante o século XVIII, a sucessão de tratados como o de Madrid em 1750, do Pardo em 1761 e de São Ildefonso em 1777, são seguidos por campanhas de mapeamento importantes, sem que as fronteiras obtenham definições únicas.

Todas as velhas disputas entre demarcadores portugueses e espanhóis reviveram então; e os diários das partidas, os mapas das regiões limitrofes, traçados pelos demarcadores, ou as actas de protestos foram invocadas de parte a parte como outros tantos títulos de soberania. (...) Ao longo da divisória entre as duas coroas, espanhola e portuguesa, traçou o cartógrafo, em todos os trechos sobre que houve disputa, a linha fronteira por duas formas : conforme entendiam os espanhóis e conforme os portugueses.” (CORTESAO, 2009, pg. 404).

Os primeiros mapas do Brasil independente, sejam eles nacionais ou estrangeiros, contêm assim limites lineares que delimitam o novo país. Fronteiras tímidas no início, essas linhas serão cada vez mais firmes, espessas e variadas no decorrer do século e dos tratados (ver Figura 01). Da mesma maneira, pelo

<sup>2</sup> No « Mapa de Luís Teixeira » (c. 1574) com a divisão da América portuguesa em capitanias. A linha de Tordesilhas, mesmo se está deslocada dez graus mais a oeste, aparece já como uma delimitação do território português. No encarte já se fala de uma linha (“A terra do Brazil he a que parte a linha vermelha desta do peru, a qual linha he a que demarcacam ...”)

<sup>3</sup> Alexandre de Gusmão, então membro do Conselho Ultramarino português, em carta dirigida a um funcionário de partida para as Minas em 1743, dá a ordem de « riscar » (isto é cartografar) tudo quanto vir (Cortesão, 2009, pg 252). Cortesão vai mesmo afirmar “Definidor dum novo conceito no direito das gentes, e das fronteiras naturais, apregoado e defendido mais tarde por Jean Jacques Rousseau (Projet de paix perpetuelle, 1760), assim como dos limites lineares, que até aqui se têm suposto ser inovação do Tratado de Campofórmio (1797), Gusmão legava ao Brasil a consciência duma unidade geográfica nacional “ (CORTESÃO, 2009, pg 381).

acúmulo de objetos e topônimos indicados, às vezes reforçados pela imposição de cores, vão definir e criar visualmente espaços distintos que se esperam inalienáveis.

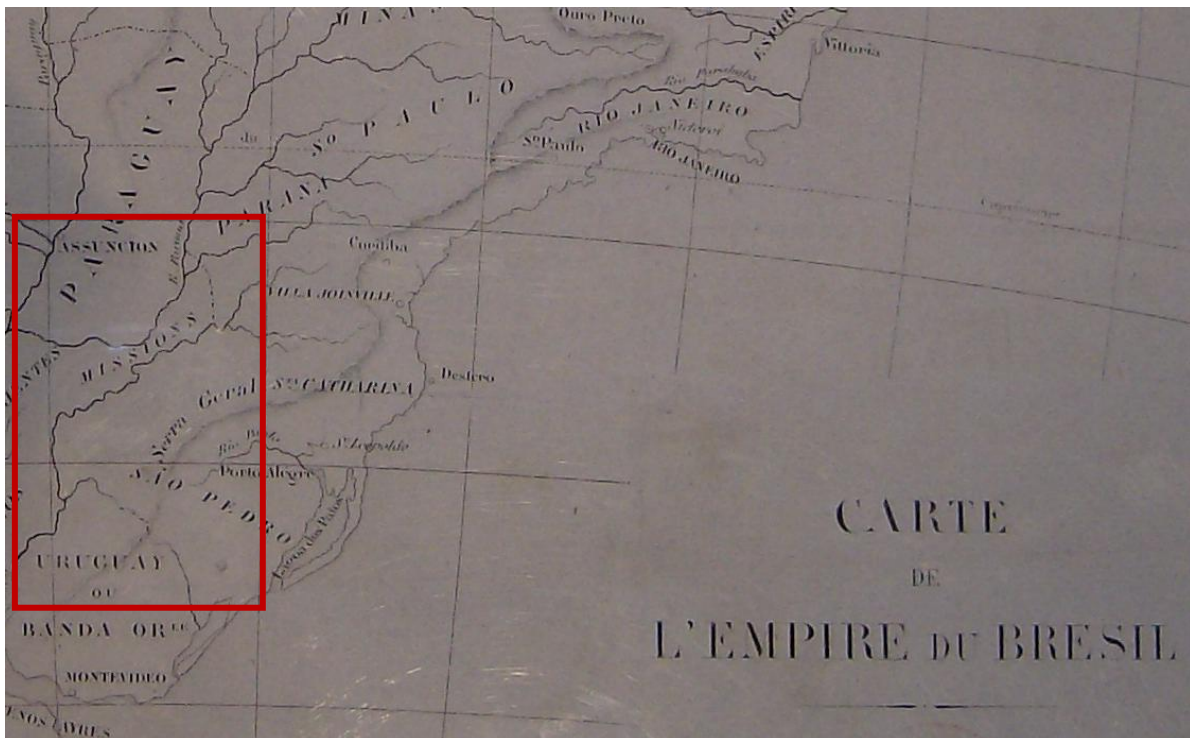


Figura 01 : comparação dos mapas “Carte de l’Empire du Brésil”, de 1857 et do “Mappa do Imperio do Brazil”, de 1878 – graças aos diferentes tratados, a fronteira ao sul é reforçada, sobretudo com o aparecimento das impressões a cores.

### III - OS LIMITES “NATURAIS”: RIOS E MONTANHAS DELINEANDO FRONTEIRAS

A grande maioria dos mapas do século XIX se apoia amplamente em uma idéia de fronteiras ditas “naturais”. Rios e montanhas assumem uma forma alongada, prolongada com alguns traços pontilhados, e são as bases da delimitação do oeste e norte brasileiro no decorrer do século. Se a idéia de representar rios de maneira linear pode-se justificar face à escala de representação, o fato de que as montanhas também assumam um aspecto retilíneo vêm reforçar uma vontade de legitimar uma fronteira política “natural” e simplificada ao extremo<sup>4</sup>.

Este será o caso dos mapas franceses de J.M. Darnet (1825), de A. Brué (1836) e de A. Vuillemin (1840) e mesmo de um mapa inglês de 1822 publicado por “Sherwood, Neely & Jones”. Se este último, publicado antes da independência (em março 1822), faz uso de um artifício que será comum aos mapas europeus da época, qual seja o de cortar o extremo ocidental amazônico e centrar a representação na parte “oriental” do Brasil<sup>5</sup>, ele utiliza o mesmo esforço de “organizar” a representação de um território com unidades administrativas – capitanias ou províncias – ao mesmo tempo em que compartimenta o território nacional dentro de grandes bacias de circulação.

Os mapas franceses acima citados são mais ousados : a delimitação do Brasil é frequentemente acompanhada por delimitações dos outros países da América do Sul, geralmente com uma certa dilatação das “Provincias Unidas de la Plata” em detrimento do “Haut Pérou - Bolívia” e das províncias do sul do Brasil, sinal claro de uma aliança franco-platense. Ao norte, é claro, a zona correspondente à Guiana Francesa pode chegar até a bacia do Rio Branco, com mais de 2000 km no sentido leste-oeste, minimizando ao extremo a existência de outras Guianas, sobretudo a holandesa (completamente ausente de algumas representações). O mapa de A. Brué de 1836, por exemplo, têm uma legenda detalhada somente para indicar a divisão política vigente : são indicadas 12 zonas de soberanias diferentes (ver Figura 02) ao mesmo tempo em que se deixa espaço para a presença de um território neutro entre o Brasil e o Uruguai na zona de Jaguarão.

---

<sup>4</sup> Anterior à idéia de «maciços montanhosos», que abririam o caminho para representações cuja espessura daria lugar a uma descrição mais complexa das realidades em jogo, a noção de «cadeias de montanhas» são particularmente fortes no século XVIII na França, sobrevivendo mesmo na época revolucionária como um meio científico de dividir setores administrativos «coerentes» (ver Broc, 1969 citado em Broggio, 1999).

<sup>5</sup> Este será o caso de mapas alemães que encontramos – que chegam mesmo a declarar já no título o intuito de tratar somente da porção oriental do país – ver “Kart von Ost-Brasilien. Carte géographique de la partie orientale de l’empire du Brésil” de 1831.

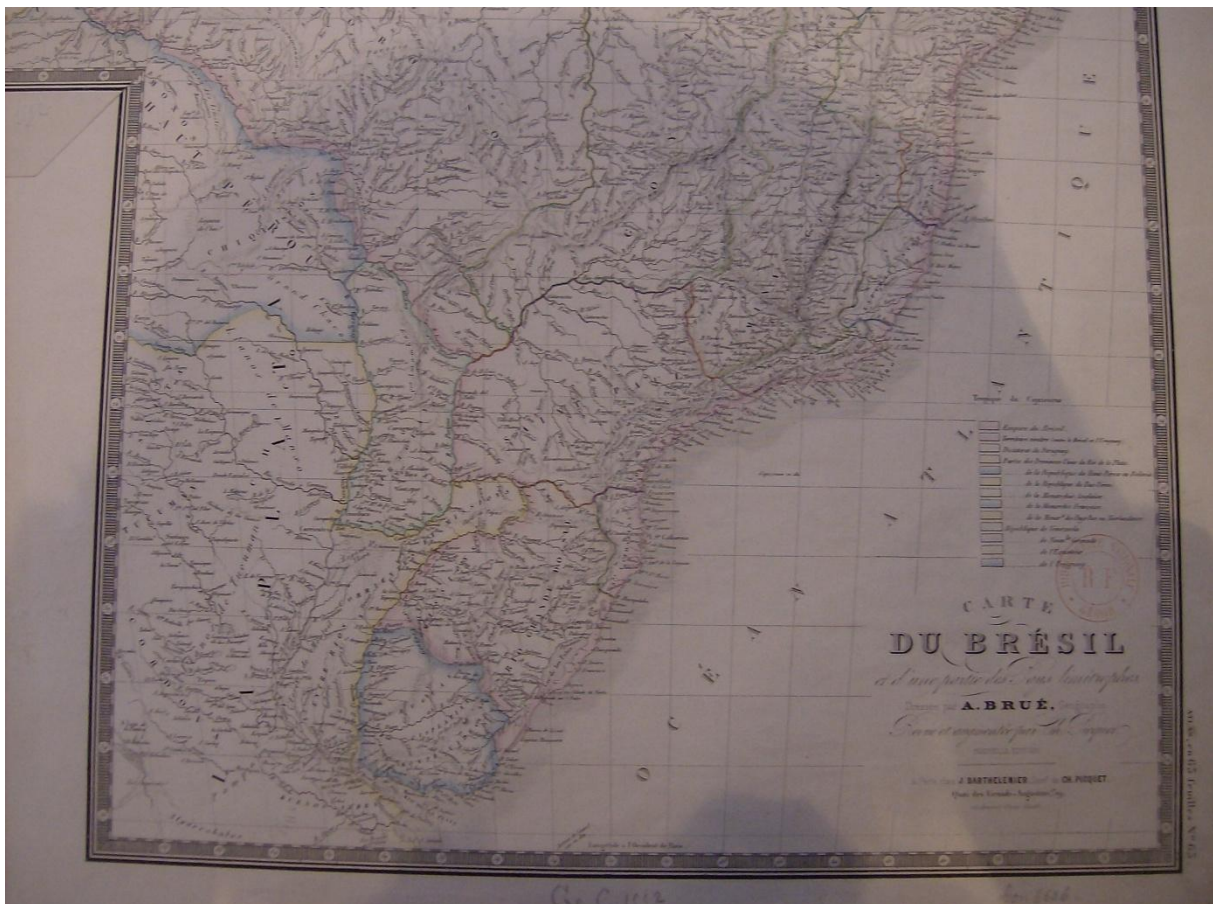
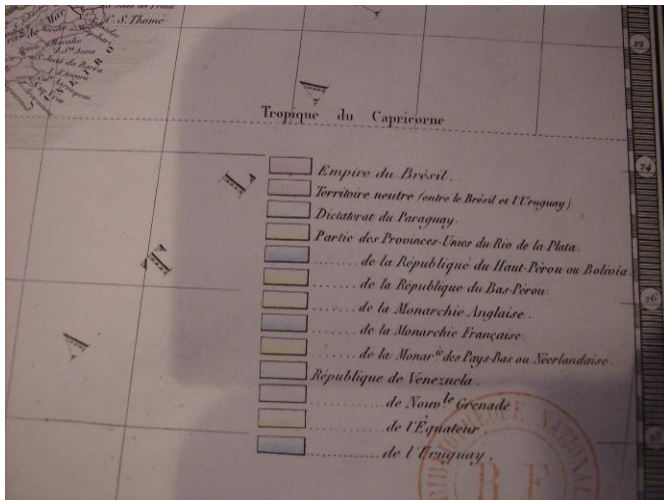


Figura 02 : “Carte du Brésil et d'une partie des pays limitrophes”, ddesenhada por par A. BRUE (1836) - clichés da autora.

Se observamos a evolução destes 3 mapas, publicados respectivamente em 1825, 1836 e 1840, as zonas situadas ao sul do país serão as que sofrerão as maiores modificações, fato coerente com as

negociações de então e com a posição francesa de apoio à Buenos Ayres. Em todas elas, os traçados são claramente desfavoráveis às posições que o governo do Rio de Janeiro tentará afirmar, primeiro na ocasião da Guerra Cisplatina e depois na Guerra da Tríplice Aliança. A Província ou Estado Oriental, por exemplo, pode ultrapassar o Rio Uruguai e englobar a Lagoa Mirim (A. Vuillemin, 1825); o território de Palmas é nitidamente argentino, de cujos Llanos de Tucuman o nome “La Plata” sobe para adentrar o Alto Peru-Bolívia (Brué, 1836); enfim, a linha imaginária dividindo o sul do Amazonas se situa cada vez mais ao norte do paralelo 10° S de longitude (carta J.M. Darmet, 1840). Tudo que contribui para que se crie uma imagem onde “*sous quelque rapport que l'on envisage l'Empire brésilien, sa situation est fautive et périlleuse ; (...) on ne saurait prononcer avec assurance que le sort de cet Empire soit désormais dans la balance des Nations*” (in “*Carte géographique, statistique, historique et politique du Brésil*”, dessinée, gravée et écrite au Dépôt de Guerre par le français J. M. Darmet, 1825).

#### IV - OS MAPAS BRASILEIROS: COROGRAFIA E DIPLOMACIA

Para responder à essas representações em voga no exterior, o Estado brasileiro levará algumas décadas. O período tumultuado do Primeiro Reinado e da Regência é mais prolífico em ajustes jurídicos (constitucionais e tratados) do que na produção de imagens cartográficas de todo o país. A busca de reconhecimento nacional e internacional é pontuada de conflitos como as várias revoltas separatistas no norte, nordeste e sul do país; os conflitos da Guerra Cisplatina acima citado, que tumultuam a primeira fase de organização do novo Estado. Ainda assim, os esforços para a criação de novas instituições como a Escola Militar e a Escola Central em 1832 e 1842, a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1838 e a institucionalização de uma diplomacia brasileira<sup>6</sup> serão elementos chave na compreensão da cartografia nacional que surgirá mais tarde.

Os primeiros mapas gerais do país começam a aparecer na década de 1840 e constituirão a base para os traçados da segunda metade do século, onde podemos situar o auge de uma produção que se tornará regular e cada vez mais diversa. Se Cortesão (2009) considera que o primeiro marco da cartografia Imperial é a “Carta Geral do Império” de 1875 produzida pelo Barão da Ponte Ribeiro e pelo General H. De Beaurepaire Rohan, e diversos autores citam o fato que “*o Império não dispunha de mapas sobre suas fronteiras*” (Alencastro 2010, pp.232), nos parece importante realçar a existência de documentos de síntese originais, feitos por engenheiros formados nas academias militares em meados do século XIX, mesmo que seu sucesso pareça relativo.

---

<sup>6</sup> O Corpo diplomático brasileiro é criado oficialmente em 1851 - no entanto, desde a independência ao longo de todos os tratados de reconhecimento do Brasil, e nos congressos de novas nações americanas, a existência de cônsules responsáveis por representar os interesses brasileiros no exterior, sempre esteve presente. Parte destes interesses se materializavam na criação de um acervo cartográfico importante para a discussão de fronteiras (DE BIAGGI, 2000).

O Coronel Conrado Jacob Niemeyer, autor de pelo menos duas cartas globais do Império entre 1846 e 1857, aparece assim como uma das figuras mais ativas de meados do século. Membro do corpo de engenheiros do Império e sócio fundador do IHGB, o Coronel Niemeyer adquiriu ao longo da sua carreira uma ampla experiência em mapas regionais sobretudo no leste do país<sup>7</sup>, o que explica que seu mapa de 1846<sup>8</sup> contenha planos de cidades, capitais e locais notáveis de então, embora apresente problemas nos limites ocidentais (ver Peixoto, 2004 e Cortesão 2009). Como o próprio nome indica, a tentativa de criar uma “*Carta Chorográfica*” vem da idéia de descrever o país e compilar o maximo de elementos disponíveis, com a organização de quadros estatísticos com fatos econômicos e mesmo uma primeira aproximação do que seria a superfície do Império : 8.337.218km<sup>2</sup> ! Assim, se nestes mapas os limites aparecem de maneira tênue, sobretudo à medida que se avança ao norte do país, pode-se compreender que tal trabalho tenha sido compensado por uma medalha de ouro por D. Pedro II.

Reeditada em 1857 por ordem do Marquês de Caxias (futuro comandante do exército brasileiro), a “*Nova Carta Corographica do Imperio do Brasil*” mantém uma densidade de elementos no Estado Oriental, nas Províncias de Entre Rios, de Corrientes, na República do Paraguay que contrastam com o vazio relativo do resto da “Confederação Argentina” e mesmo da República da Bolívia. Sem cores para tentar realçar outros conjuntos que a densidade de topônimos, o leitor só pode imaginar o sentido duvidoso da Indicação do nome da “República do Paraguay”, que aparece descrita com a mesma minúcia que o resto do Brasil, mas cujo nome ultrapassa a linha de fronteira composta de pontilhados bem menos visíveis na Serra do Maracaju, para adentrar terras brasileiras (Figura 03). Nas palavras de Cortesão “ *Esta carta construída positivamente para mostrar a fronteira do império com a República do Paraguay está longe de haver conseguido o seu fim, nem emendou os erros que se tinham notado na de 1846*” (in Cortesão 2009, p. 424). As quatro folhas que compõem o orgulho da fabricação nacional (gravada e impressa no Rio de Janeiro) são ainda assim a ocasião de indicar a divisa linear em direção Norte/Sul de Tabatinga, às margens do Amazonas, até o Rio Japurá, com parte da República do Equador – limite negociado pela diplomacia brasileira em 1851. No extremo norte, os limites com as Guianas “Franceza” e “Ingleza” (somente) começam no Oiapoque, continuam até a sequência de serras (Serra do Tumucumaque, Ouimiropaca, Baracaina, Malucaxes, Cucuy) que servem igualmente para delimitar a fronteira com as Repúblicas da Venezuela e da Nova Granada. Mas na fronteira com o Peru aparece ainda uma linha paralela ao 10° de longitude Sul. chamada de “linha divisória imaginária”.

<sup>7</sup>O Cel. Niemeyer participa da confecção de mapas em Pernambuco, como dos planos de Recife e Olinda bem como do plano de defesa da costa até a foz do São Francisco, ele atua na instalação de linhas telegráficas na região entre 1817 e 1824. Entrando na reserva à partir de 1833, prossegue em seu trabalho na inspeção de obras e edifícios públicos na corte, período do qual resultará um mapa da Província do Rio de Janeiro, feito em 1842 em conjunto com outra figura da cartografia do momento, o major Pedro d’Alcântara Bellegarde. Serão também da sua autoria mapas das províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

<sup>8</sup> Este mapa não se encontra no acervo da Biblioteca Nacional da França, mas está disponível na biblioteca digital brasileira ver [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart170429.sid](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart170429.sid)



1º Simpósio Brasileiro de  
**CARTOGRAFIA  
HISTÓRICA**

PASSADO PRESENTE NOS VELHOS MAPAS:  
CONHECIMENTO E PODER

Paraty, 10 a 13 de maio de 2011

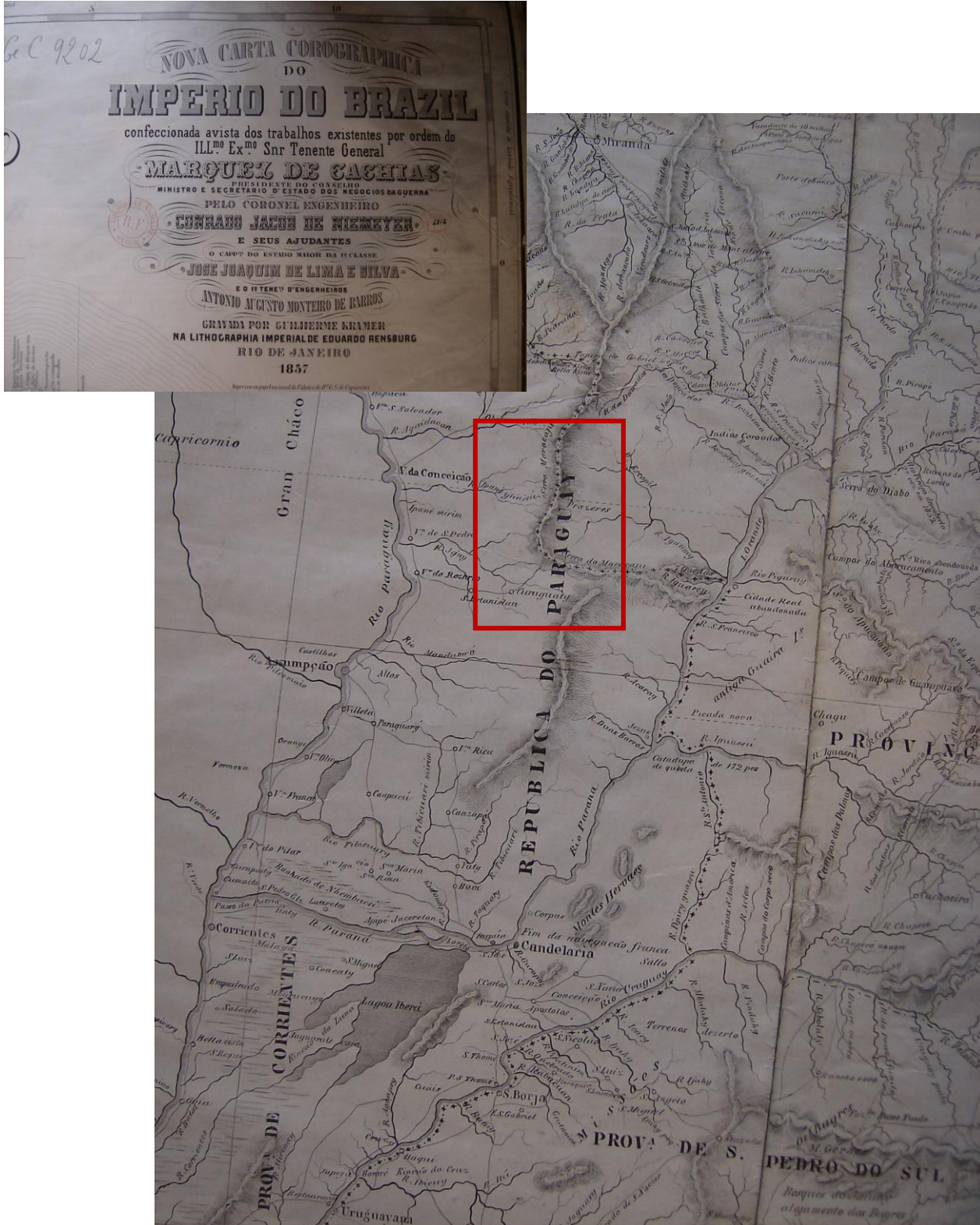


Figura 03 : “Nova Carta Corográfica do Império do Brasil”, 1857.

As semelhanças desta carta com o “*New map of Brazil compiled from the latest Government & other authentic surveys, for William Scully*”, de 1866, editado no Rio de Janeiro, são evidentes (Figura 04). Da compartimentação interna do relevo ao fato que ele reproduz a mesma concentração de traçados na províncias fronteiriças argentinas e no Paraguay, o mapa chega mesmo à mostrar um sistema de coordenadas brasileiras e reproduz um vazio repentino entre 15 e 20° de latitude sul e entre 70 e 75° de longitude oeste, correspondendo exatamente a localização do quadro estatístico de Niemeyer. Como no mapa inglês de 1822, a parte ocidental do continente não merece destaque – os limites do mapa se atêm à 75° de longitude oeste, e a República do Peru merece a menção “*all this region is but little known*”. De escala menor (ca. 1:9 000 000) que a Carta de Niemeyer (ca 1:3 700 000), os topônimos, mesmo que similares, não têm a mesma distribuição, principalmente no norte do país: onde a “Carta corographica” de Niemeyer avança os nomes da Província do Amazonas e do Pará até as serras fronteiriças setentrionais, no sentido sul/norte, na carta inglesa eles aparecem mais no sentido horizontal, e a Serra do Acaray (fronteira com a Guiana Inglesa) deixa entrever um outro espaço bastante vazio logo ao sul.

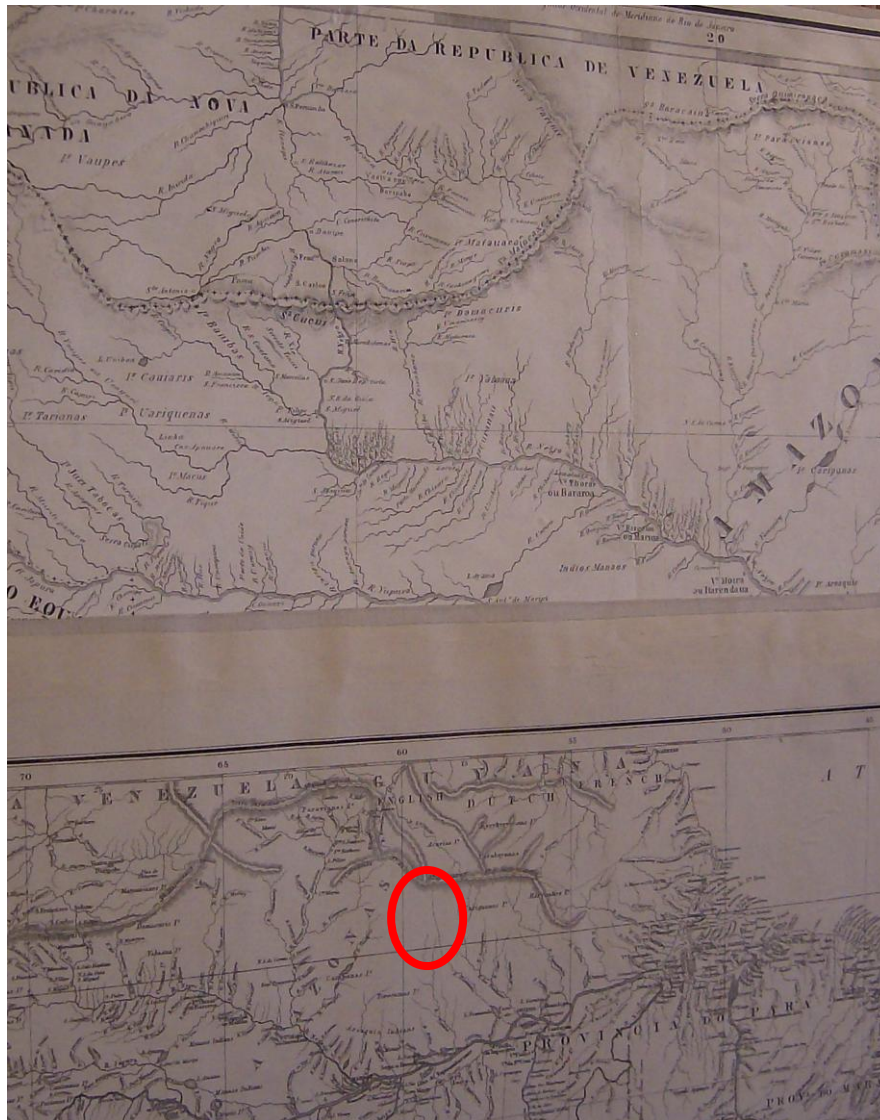


Figura 04: em primeiro plano “New map of Brazil compiled from the latest Government & other authentic surveys, for William Scully”, de 1866, com uma zona de fronteira bastante esvaziada, acima a “Nova Carta Corográfica do Império do Brasil”, de 1857 – semelhanças e diferenças sutis.

## V - MAPAS E EXPOSIÇÕES

Entre os mapas que vão marcar de maneira determinante os esforços do Império de sintetizar as aquisições de um passado colonial, ao mesmo tempo em que afirma os novos traçados de limites da segunda metade do século XIX, estarão toda a série de mapas produzidos para acompanhar as exposições internacionais da segunda metade do século : em 1873 em Viena (Austria), 1875 em Filadélfia (EUA), e

mesmo 1889 em Paris. Verdadeiras “vitrines da modernidade”<sup>9</sup>, local de competição dos diferentes impérios em busca de prestígio, o Brasil vai buscar seu lugar graças às novas aberturas temáticas que propõem abordar não só a indústria (tema da primeira exposição universal em Londres em 1851), mas abrangendo também o domínio da cultura (tema da exposição de Viena), agricultura, belas artes e produção mineral (temas de Filadélfia).

Planejada desde meados da década de 1860, a “Carta do Império” busca mostrar o país de maneira tão rigorosamente “científica” quanto as outras nações. Neste sentido, a idéia de “progresso” tão importante nestas grandes reuniões, precisava mostrar os esforços de dominar o território, com vastos investimentos em levantamentos expeditos de geodésia precisa<sup>10</sup>. Evidentemente, um tal trabalho de geodesia expedita era impossível na época para um território tão vasto como o brasileiro e as únicas possibilidades de síntese evocavam um trabalho cuidadoso de documentação cartográfica coerente com as negociações de fronteiras em andamento. Neste sentido, o Barão da Ponte Ribeiro, diplomata brasileiro de primeiro escalão, era a figura chave para a realização de tal empreendimento. Tendo negociado a troca de mapas de interesse para o Brasil, participado ativamente na criação de mapas de setores da fronteira brasileira, e sobretudo com experiência internacional de representante brasileiro nos países europeus e nos vizinhos latino-americanos, Ponte Ribeiro reúne todos os requisitos para essa tarefa. Acompanhando o General Henrique Beaurepaire Rohan, os mapas assim publicados terão a legitimidade do trabalho de campo do exército e ao mesmo tempo a coerência da política internacional brasileira.

As vezes anexados à verdadeiras monografias sobre os diferentes aspectos do país<sup>11</sup>, os mapas das duas primeiras exposições (Viena e Filadélfia) criam uma enciclopédia capaz de exaltar e defender os interesses nacionais. Os traçados lembram aqueles feitos nos mapas de 1846 e 1857, mas o cuidado especial com as regiões de fronteiras vão das indicações claras no título (*Carta do Imperio do Brazil, reduzida no Archivo militar em conformidade da publicada pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846. E das especiaes das fronteiras com os Estados limitrophes*), nas legendas (“Limites de fronteiras” e “Limites Projectados”) e mesmo nos topônimos do mapa (“fronteira com o Peru”, “fronteira com Nova Granada”, etc...). Tendo participado e criado inúmeros mapas de partes da fronteira brasileira<sup>12</sup>, o mapa traduz a

<sup>9</sup> Ver a esse respeito F. PINOT DE VILLECHON (1992) e também textos sobre a participação do Brasil nas exposições como o de H. BARBUY (1996).

<sup>10</sup> Na Inglaterra, por exemplo, o levantamento de fronteiras do *Ordnance Survey*, feito entre 1841 e 1888 resultou no mapeamento e consequente modificação dos limites administrativos internos da Grã Bretanha. Na França, um novo empreendimento de triangulação é efetuado entre 1818 e 1824 e dará origem à série de mapas publicados entre 1832 e 1880 (*Cartes de l'Etat-Major*) - ver Minelle (1992).

<sup>11</sup> O exemplar que consultamos na BnF faz parte do volume « *L'Empire du Brésil à l'exposition universelle* » de Vienne em 1873.

<sup>12</sup> Ver « *Carta geographica de una parte do Imperio do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay para melhor intelligencia da discussão sobre limites que foi consignada pelos Respectiveos Plenipotenciarios nos Protocolos... em 6 de Abril do Anno de 1856. Organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e... Izaltino Jose Mendonça de Carvalho...* », de 1856.

leitura de Ponte Ribeiro de uma coleção de mais de trezentos mapas anteriores, dos quais muitos originários das partidas de demarcação do século anterior. Nele, as fronteiras brasileiras, à exceção do extremo ocidental, na fronteira com o Peru e a Bolívia, são proposições que mostram sua força pela proximidade com os limites atuais, faltando somente uma precisão expedita.

No sul, o “Estado Oriental” é indicado como “Estado Oriental do Uruguay”, e aparece com menor densidade de cadeias de montanhas que o mapa de Niemeyer, tornando-o o uma zona de transição aos espaços mais vazios, correspondendo à outras nações. O interior da Província de S. Pedro do Sul, com suas minas de carvão e marcos indicados, começa a existir com uma diferença de detalhes que caracteriza o tratamento especial dado ao território nacional. Do mesmo modo, na região da tripla fronteira, não existem mais topônimos que cruzam as linhas demarcatórias. Mesmo as cidades, vilas e povoações ao longo das fronteiras vêm ajudar a separar os diferentes Estados que desde 1870 haviam finalizado um longo conflito. Do lado brasileiro, de Miranda até o Paraná, uma linha marca a existência de uma estrada de ferro proposta para poder ligar esta parte do país ao litoral, evitando o acesso por navegação à uma zona onde os grandes rios servem de divisão, e atestam assim uma eficiência bastante crítica como meio de comunicação, o que fora a causa de tantos problemas na época da Guerra do Paraguai<sup>13</sup>. A partir de Coimbra, no Mato Grosso, os detalhes começam a diminuir – os traços se distanciam dos cursos d’água até chegar ao rios Verde e Guaporé e de lá até a foz do rio Beni, onde a partir de um forte, partem duas linhas. A primeira, com o mesmo símbolo anterior, retoma a idéia de uma linha paralela às medidas de latitudes, mas situando-se ao sul de 10° S e indo até o início do Rio Purus, na “Serra do Conchaynas”. A segunda, uma linha dupla correspondendo à idéia de “limites projectados”, vai, como previsto no tratado de 1867, até as nascentes do rio Javari, em terras de Indios Uarayons, criando um limite inclinado que vai ao norte do paralelo de 10°.

Marcando uma diferença de enfoque, a parte seguinte da fronteira vai acumular duas formas de representação: o traçado do “rio Javary”, vai ser acompanhado do símbolo linear de fronteira e em letras maiúsculas aparece “FRONTEIRA COM O PERU” – reafirmando o tratado negociado pelo próprio Ponte Ribeiro já em 1951. A mesma ênfase aparece nas fronteiras com a “Nova Granada” e com a “Venezuela”, com a “Colônia Inglesa”, o “Surinam” e com a “Cayenne”, ainda que se saiba que estes limites aguardavam uma demarcação definitiva no norte do país. A defasagem que encontramos aqui em relação à topônimos (“Nova Granada” já se chamava Estados Unidos da Colômbia desde 1863) desaparecem porém, quando se leva em consideração que os princípios representados serão reafirmados mais tarde, sejam eles face à Estados recentemente formados após a independência (Colômbia e Venezuela) ou à colônias européias (chamadas “GUYANA” de uma maneira geral).

---

<sup>13</sup> Este traçado não será respeitado – depois de muitos planos diferentes, somente em 1905 serão iniciadas as obras à partir da cidade de Bauru no estado de São Paulo, para atingir Miranda no caminho para Corumbá em 1912.

Entre o mapa de 1873 e o de 1875 a matriz comum é evidente (Figura 05). O mapa de 1875, no entanto, dispõe da cor como meio de realçar as diversas províncias brasileiras face aos outros estados vizinhos. As províncias fronteiriças não têm as cores mais fortes - “Amazonas” e “Matto Grosso”, “São Pedro do Sul”, “Sta Catharina” têm tons bem claros, que se mesclam ao fundo dos outros Estados - somente Paraná e Pará têm um verde nítido, que permitem delimitá-los claramente. Mas está dado o tom dos demais mapas que se sucederão no final do século : o “*Mappa do Imperio do Brazil*” publicado em 1878 por Brockes e Held, e mesmo mapas que virão após a república, como o “*Estados Unidos do Brasil mappa desenhado e gravado sob a direção do Snr Barão do Rio Branco*”, e o “*Mappa geral dos Estados Unidos do Brazil*” do engenheiro João Coelho. A diferença virá mais da presença da costa pacífica ( que contribui a dar uma imagem da imensidão do Brasil no sub-continente) e a representação definitiva da linha inclinada de “Villa Bella” (no rio Madeira) até as nascentes do Javari. Se o mapa de 1878 indica suas fontes em um quadro à parte, para os dois outros só se pode estimar as relações.

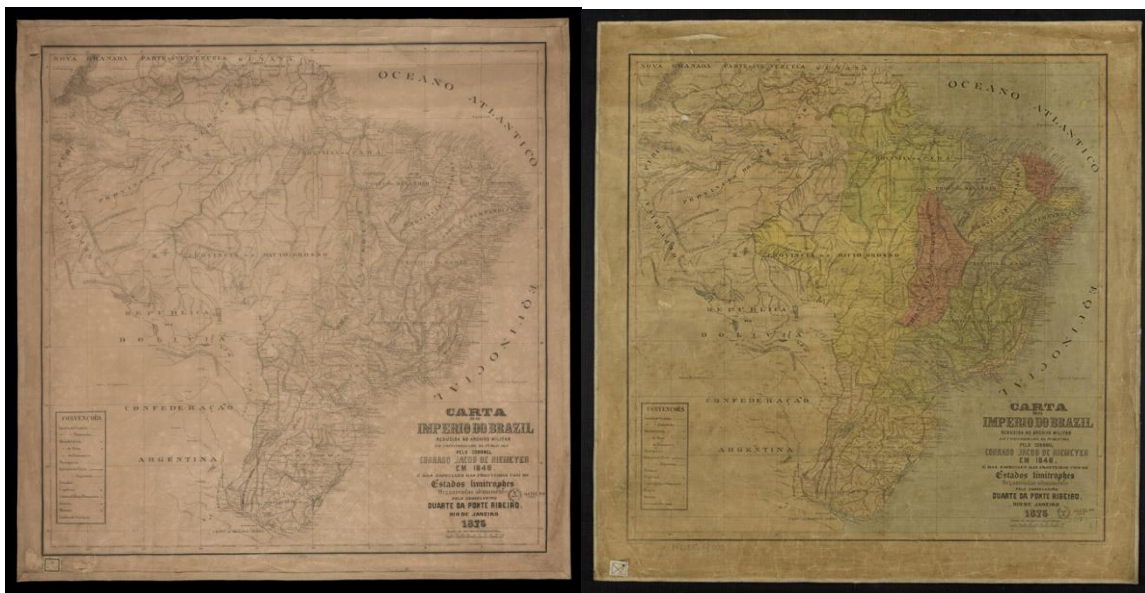


Figura 05 : as Cartas Gerais do Império

## VI - RESQUÍCIOS E TRANSIÇÕES : O MAPA DE RIO BRANCO

De todos os mapas do final do século XIX, o “*Estados Unidos do Brasil- mappa desenhado e gravado sob a direção do Snr Barão do Rio Branco*” é o que mais chama a atenção pela importância dada ao traçado das fronteiras (Figura 06). Uma linha laranja grossa contorna o Brasil quase inteiro : somente o ponto extremo ocidental na fronteira com o Peru, perto das nascentes do rio Javari é ligeiramente cortado. Mais do que

nunca, a relação entre uma demonstração da ocupação administrativa brasileira “real” e a defesa de soberania do Brasil, transparece no traçado do mapa, cujos comentários extrapolam as fronteiras brasileiras. No sul aparecem então “Territorio obtido pela Rep. Argentina depois da guerra do Paraguay», ou ainda «Fronteira em litigio» (entre Paraguay et Bolivia) até “este território é disputado entre Ecuador, Colômbia e Venezuela” no Território de Caqueta. As indicações de informações sobre expedições, com a determinação de cachoeiras, de nomes múltiplos ao mesmo curso d’água, ou, ao contrário, a falta de conhecimentos (“rios não explorados”) revelam o caráter sistemático da coleta de subsídios para cada porção gravada no papel. A persistência de topônimos múltiplos, que poderiam parecer anacrônicos, no entanto podem contribuir para a compreensão do discurso que Rio Branco utilizará quando for encarregado de negociar fronteiras. A indicação em letras maiúsculas de “Guyana Brasileira”, por exemplo, se por um lado faz lembrar os antigos mapas do século XVIII, tendo desaparecido nos mapas que estudamos anteriormente, agora contribui para identificar uma região, que já nos mapas antigos era indicada como brasileira, devendo assim continuar.

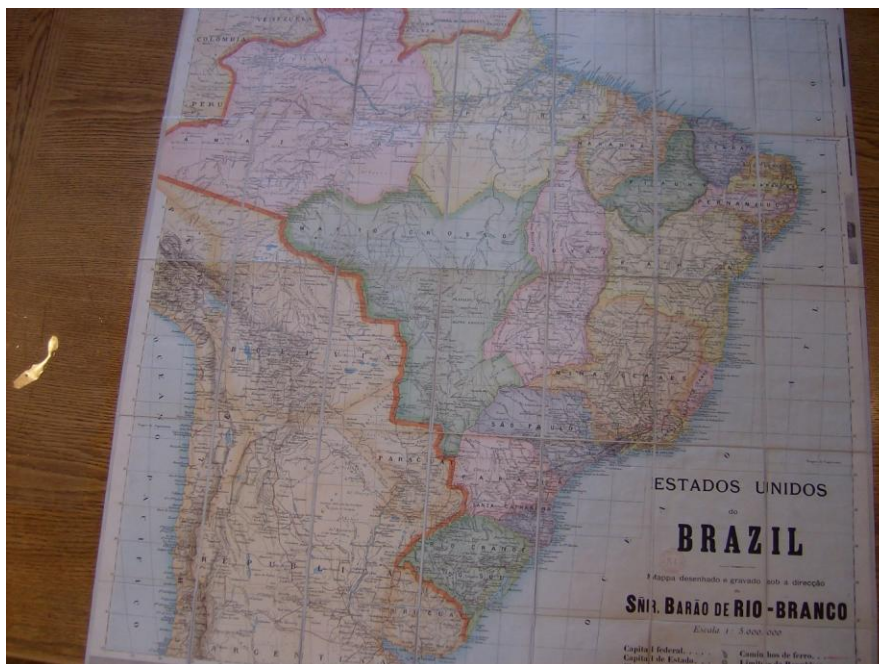


Figura 06 : o “Mappa” de Rio Branco, cliché da autora, 2010.

A legenda do mapa inclui a capital federal (com uma implantação zonal), capitais de estados, vilas e populações – tudo que mostra a existência da ocupação ordenada do território. Os rios e montanhas igualmente articulam um conjunto que divide espaços distintos. Os únicos nomes que atravessam as

fronteiras são os nomes dos grupos indígenas que se alongam, de maneira a cobrir espaços não compartimentados entre quaisquer barreiras: “Inds (índios) Canamanys” (entre a fronteira entre o Brasil e a Bolívia), e os índios Barías entre o Brasil e Venezuela, por exemplo. Eles estão lá para lembrar os desafios de delimitar fronteiras, que no final não seriam assim tão “naturais” e que continuam a ser transpostas.

## VII - A QUESTÃO DAS FONTES : ANÁLISES E PERSPECTIVAS

Um artigo de L. Gallois em 1893 denominado “un état de nos connaissances sur l’Amérique du sud”<sup>14</sup> publicado nos *Annales de Géographie*, indica :

“Lorsque à la suite des guerres d’indépendance le continent fut émancipé, les nouveaux gouvernements n’étaient guère en état de poursuivre l’œuvre commencée : ils n’avaient ni les ressources ni les savants nécessaires. (...) Ce sont surtout les ingénieurs et les officiers des marines anglaises et française qui, au cours de ce siècle, ont dressé les cartes exactes des côtes sud-américaines, comme tant d’autres rivages jusque là imparfaitement explorés.” (GALLOIS, 1893, pg. 366)

Concedendo o aparecimento de iniciativas locais no final do século (no Brasil é citado o trabalho da Repartição Hidrográfica, sob o commando do Barão de Teffé e o “Atlas do Império do Brasil”, organizado por Cândido Mendes de Almeida em 1868<sup>15</sup>), o texto prossegue com uma análise sucinta da cartografia de cada país. No que concerne o Brasil, o autor deplora a insuficiência da cartografia brasileira e dos projetos feitos para remediá-la. Ele avalia que “*les cartes du Brésil publiées jusqu’à ce jour ne peuvent donc être que des compilations : elles ne valent que par le soin avec lequel leurs auteurs se procurent et contrôlent les documents existants*” (GALLOIS, 1893, pg. 381).

A análise do acervo de mapas sobre o Brasil, datados do século XIX e presentes na Biblioteca nacional francesa leva a crer que também os franceses mostravam um cuidado particular em juntar e compilar mapas deste país. Sem poder determinar exatamente a origem da maioria dos exemplares sobre o Brasil ali referenciados<sup>16</sup>, o que se pode dizer é que o resultado final é de uma riqueza bastante extraordinária. Quase 300 documentos dos mais variados respondem à uma interrogação da base onde os critérios seriam o Brasil

<sup>14</sup> Gallois Lucien. État de nos connaissances sur l’Amérique du sud. In: *Annales de Géographie*. 1893, t. 2, n°7. pp. 365-390. doi : 10.3406/geo.1893.7218 [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_0003-4010\\_1893\\_num\\_2\\_7\\_7218](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1893_num_2_7_7218)

<sup>15</sup> Igualmente elogiado por Alencastro (2010), este atlas parece se inspirar nas representações inglesas e francesas de então, indicando para cada província as suas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias . Outros atlas marcaram o Império posteriormente: o atlas de Lomelino de Carvalho, de 1882, e o “Atlas do Império do Brasil” do Barão Homem de Melo e do Coronel Pimenta Bueno, de 1889. O único disponível no acervo da BnF no entanto é o atlas de Cândido Mendes de Almeida.

<sup>16</sup> Somente algumas fichas vão indicar a origem do don, como por exemplo os mapas da Coleção Angrand, diplomata francês em diversos países americanos.



no século XIX. Destes, mais da metade (ca 170) são de origem brasileira (apesar da crítica de Gallois), seguidos por 20% de documentos franceses propriamente ditos, e ainda 20% de mapas de outras origens européias (principalmente alemães e ingleses). Da mesma maneira, mais de dois terços dos mapas são da segunda metade do século XIX, fase de consolidação dos diferentes Estados presentes no continente.

Quando começamos nossa análise da cartografia brasileira no século XIX, ficávamos a cada vez surpresos de ver que, a maioria dos documentos mais importantes presentes no acervo da mapoteca do Itamaraty, se encontrava igualmente disponível na Biblioteca Francesa. O acervo de mapas e planos reunido na Biblioteca Nacional da França, têm suas origens no período pós revolucionário quando em 1828, Edme-François Jomard, antigo engenheiro-geógrafo da expedição ao Egito, propõe a abertura ao público de um local apto a preservar atlas, mapas, planos e globos terrestres e celestes originários do que se chamava o « portefeuille » do rei. Ou seja, além de uma coleção herdada da tradição monárquica, o estudo de mapas brasileiros mostra o quanto o gênio francês soube dar continuidade à organização de fontes documentárias contemporâneas, capazes de apoiar as pretensões imperialistas francesas do momento. De fato, na apresentação do acervo é dito :

Le fonds ancien du département, sans cesse enrichi par des dons et des acquisitions, est représentatif de la production européenne gravée du XVIe au XIXe siècle et contient la majeure partie des publications françaises.(...) Les collections de la Société de géographie (livres, périodiques, cartes, manuscrits, photographies) ont été constituées aux XIXe et XXe siècles et comprennent en particulier la partie géographique de la bibliothèque du prince Roland Bonaparte. In [http://www.bnf.fr/fr/collections\\_et\\_services/dpts/s.departement\\_cartes\\_plans.html](http://www.bnf.fr/fr/collections_et_services/dpts/s.departement_cartes_plans.html)

A França da segunda metade do século XIX representa o momento em que se começa a introduzir a idéia de “panlatinismo” – ou seja, de considerar a nova realidade americana como um mundo dividido em dois grandes conjuntos : uma América protestante e de língua germânica ao norte, e uma América latina, católica a partir da fronteira mexicana. Fica claro que em meio a considerações estratégicas na qual os Estados Unidos já haviam lançado a Doutrina Monroe desde o início do século (com a idéia da “América para os Americanos”), a noção de uma similitude cultural permite sem dúvida uma aproximação de interesses franceses e “latino-americanos” de uma maneira global.

No decorrer deste trabalho demos início à análise quantitativa de um acervo situado na encruzilhada de perspectivas francesas e brasileiras de afirmação nacional. Pela própria importância dos volumes disponíveis, seria necessário dedicar mais tempo de análise para delimitar a existência de relações possíveis entre as posições brasileiras e francesas no que diz respeito à organização do espaço sul americano. Os relatos tradicionais insistem nas divergências entre esses dois países vizinhos quanto à suas fronteiras diretas, questão que só será resolvida no início do século XX. Valeria à pena detalhar ainda mais a imagem

do Brasil e de seus limites em todos os mapas impressos na França (e de origem francesa) para saber a sucessão de traçados gravados e aceitos neste país. Dos 70 mapas franceses encontrados até agora somente 10 propõe uma visão global do Brasil: todos os outros se dedicam à estudar partes distintas do território (dos quais só 9 tratam diretamente da questão de fronteiras diretas). Fica claro que reduzir o papel da França à de um vizinho “zeloso” seria um pouco arbitrário.

Imaginamos que a principal dificuldade para prosseguir neste sentido, será a de reunir elementos suficientes sobre a base social, para a produção e, sobretudo, o uso do conhecimento que se expressam nesta cartografia. “*Maps are products of decisions and actions taken by identifiable members of social groups in particular historical circumstances. More than a mirror of a society, maps are a reciprocal part of cultural growth and influence the pattern of its development*” (HARLEY & WOODWARD, 1987, pg. 506.)

A existência de um número crescente de trabalhos capazes de ajudar a compreender este processo, deveria torná-lo viável.

## VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO L. F. – História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- BARBUY H. – “O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal” in Anais do Museu Paulista. São Paulo, n. Sér. V. 4, p. 211-61 jan/dez. 1996
- BLACK J. – Maps and Politics. London, Reaktion Books Ltd, 1997.
- BROGGIO, C. - La politique de la montagne en France – son enjeux dans l’aménagement du territoire (1981-1995). Thèse de doctorat – 2 tomes sous la direction de Mme Béatrice Giblin-Devallet. Université de Paris VIII – Vincennes-St Denis, janv. 1999.
- CORTESAO J. – História do Brasil nos velhos mapas – tomo II. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.
- DE BIAGGI E. M. – La cartographie et les représentations du territoire au Brésil. Thèse de doctorat sous la direction de M. Jean Revel-Mouroz. Université de Paris III Sorbonne Nouvelle, déc. 2000.
- DE BIAGGI E. M. – Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira : os mapas como um meio de delimitar o território. in III SIHAC, São Paulo, abril 2010.
- DROULERS M. – Brésil : une géohistoire. Paris, PUF, 2001.
- GALLOIS, L. - État de nos connaissances sur l'Amérique du sud. In: Annales de Géographie. 1893, t. 2, n°7. pp. 365-390. doi : 10.3406/geo.1893.7218  
[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_0003-4010\\_1893\\_num\\_2\\_7\\_7218](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1893_num_2_7_7218)

HARLEY J. B. & WOODWARD D. (Ed.) – The History of cartography - Volume 1: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean. Chicago, he University of Chicago Press, 1987.

JACOB, C. – L'Empire des cartes. Paris, Albin Michel, 1992.

MAGNOLI D. – O corpo da patria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Ed. UNESP/Moderna, 1997.

MINELLE F. – Représenter le monde. Paris, Cité des sciences et de l'industrie, Presse Pocket, 1992.

PEIXOTO R.A. “A Carta de Niemeyer de 1846 e as condições de leitura de produtos cartográficos” , in Anos 90, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, p. 299-318, jan/dez 2004

PINOT DE VILLECHON, F. Les expositions universelles, Paris, PUF, 1992

### **Mapas**

*Brasil (1822)* -publicado por Sherwood, Neely and Jones

*Carte géographique, statistique, historique et politique du Brésil (1825)*- «dessinée, gravée et écrite au Dépôt de Guerre par le français J.M. Darnet».

*Kart von Ost-Brasilien. Carte géographique de la partie orientale de l'empire du Brésil* de (1831).

*Carte du Brésil et d'une partie des pays adjacents (1836)* - A.Brué.

*Carte du Brésil (1840)* - A. Vuillemin.

*Carta geographica de una parte do Império do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay para melhor intelligencia da discussão sobre limites que foi consignada pelos Respectivos Plenipotenciarios nos Protocolos... em 6 de Abril do Anno de 1856.* Organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e... Izaltino Jose Mendonça de Carvalho... (1856).

*Nova Carta Corográphica do Império do Brasil (1857).*

*Carte de l'Empire du Brésil (1857)*

*New map of Brazil compiled from the latest Government & other authentic surveys, for William Scully” (1866)*

*Atlas do Império do Brasil (1868)*, organizado por Cândido Mendes de Almeida

«*Carta do Império do Brazil, reduzida no Archivo militar em conformidade da publicada pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846. E das especiaes das fronteiras com os Estados limitrophes, (1873) in «L'Empire du Brésil à l'exposition universelle de Vienne en 1873»*

*Mappa do Império do Brazil (1878)* de Brockes e Held

*Estados Unidos do Brasil- mappa desenhado e gravado sob a direção do Snr Barão do Rio Branco” (1889)*

*Mappa geral dos Estados Unidos do Brazil” (1891)* de João Coelho.